

LP-2 - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos

**INFORMAÇÃO EM SAÚDE: O CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA SOBRE A
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS**

**HEALTH INFORMATION: THE KNOWLEDGE OF PSYCHOLOGY ACADEMICSTO THE NATIONAL
LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRAVESTIS AND TRANSEXUAL NATIONAL HEALTH POLITCS**

1

João Paulo dos Santos Garcia¹

Nelma Camêlo de Araujo²

Resumo: Discutir sexualidade, ainda é por grande parte da sociedade considerada como um tabu, onde dentro dos vários contextos sociais as pessoas buscam omitir-se quando as discussões são referentes a esta temática. O trabalho busca compreender com base na ciência da informação como se dá o processo de compreensão da informação pelos graduados de psicologia da Universidade Federal de Alagoas, sobre a Política nacional de saúde LGBT, entendo que se faz essencial essa apropriação de conhecimento, pois o profissional de psicologia está na ponta do serviço quando se trata de distúrbios de sexualidade.

Palavras-Chave: Informação em saúde; Política de saúde; LGBT.

Abstract: *Discussing sexuality, is still for much of society considered as a taboo, where within the various social contexts people seek to omit when the discussions are referring to this issue. The paper seeks to understand based on information science as the process of understanding the information by the psychology graduates of the Federal University of Alagoas, about the National LGBT health policy, I understand that this appropriation of knowledge is essential, since the professional of psychology is at the cutting edge of service when it comes to sexuality disorders.*

Keywords: *Health information; Health politcs; LGBT.*

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é abordada por diversas áreas como a medicina, antropologia, biologia, história, psicologia, cada área do conhecimento discutindo-a de acordo com sua

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas. jpg.jpg@hotmail.com.

² Doutora em Ciência da Informação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas. nelma.araujo@ichca.ufal.br.

peculiaridade. A biologia e a medicina com um estudo biológico e fisiológico; a antropologia e a história tratam da evolução cultural, bem como do percurso histórico do desenvolvimento da sexualidade; a sociologia traz a sexualidade compreendida pela sociedade; e a Psicologia abordará os aspectos da constituição, orientação e identidade sexual, além daqueles morais que estão presentes nesse processo. A partir dessa diversidade de áreas que procuram estudar e compreender a sexualidade surge um novo campo de conhecimento que tem como objetivo primordial a concentração de todos esses estudos numa única área de conhecimento, que é a sexologia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Deve-se considerar a sexualidade como um fenômeno que é construído socialmente e historicamente e não como uma evidência natural do ser humano. Ela será constituída a partir da abordagem das leis, costumes, regras e normas que variam no tempo e no espaço em que o ser humano está inserido. Sendo essa constituição da sexualidade regida pelos modos culturais da sociedade que a organiza e controla.

Este trabalho surge diante de várias reflexões a cerca da transmissão da informação sobre sexualidade, diante da atual conjuntura da atuação do profissional de psicologia frente aos contextos ligadas à sexualidade humana, mais precisamente ao público LGBT, vista a existência de vários atos, legislação, e se parecerão normativos de regulação de alguns dos princípios constitucionais fundamentais ao ser humano, como é o caso do direito a saúde, mais especificamente a saúde da população LGBT, que surge como ramificação do direito principal, que é a saúde global da pessoa.

Assim, propõe-se analisar como os graduandos de psicologia de uma unidade acadêmica de ensino da Universidade Federal de Alagoas, que tem em sua grade curricular a disciplina de Políticas Públicas veem a questão da política nacional de saúde integral da população LGBT. Será que a universidade discute essa política no contexto da graduação? Será que os graduandos tem conhecimento sobre a importância do profissional de psicologia conhecer essa política de saúde? Qual a compreensão do futuro psicólogo que pode vir a atuar em uma equipe multiprofissional de apoio ao transexual que precisa fazer a cirurgia de redesignação sexual? Ele tem arcabouço teórico para lidar com essas questões construídas na universidade, ou vai ter que buscar esse conhecimento já quando profissional da

psicologia, são essas questões que nos fazem pensar como o graduando adquire conhecimento por meio do processo de informação na universidade.

O objetivo principal do trabalho é: Compreender o processo informacional sobre a Política Nacional de Saúde LGBT na ótica dos graduandos do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, iniciando o processo levantando o percurso histórico da implantação das políticas públicas de saúde para a população LGBT desde antes da criação do Sistema Único de Saúde – SUS, até a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Ao discutir sexualidade, deve-se pensar também em continuidade, pois a sociedade constantemente passa por transformações morais que acabam por regular a conduta das pessoas e isso influencia diretamente no debate da sexualidade no âmbito da modernidade, bem como ao longo dos tempos. Deve-se analisar a sexualidade não como um processo biologista pertencente ao ser humano, mas como parte de um processo sócio histórico construído pelas pessoas mediante as interações sociais. Kahhale (2009, p. 179-180) diz que:

A sexualidade é um processo simbólico e histórico, que expressa a constituição da identidade do sujeito, como ele vive a questão da intimidade (público versus privado); da significação das normas, da moral e da ética grupal (grupo na qual se insere). Portanto, a expressão sexual é multideterminada, dinâmica e histórica, tanto individual como coletivamente.

Menino ou menina? Desde o útero materno, essa é a primeira indagação, a mulher grávida dificilmente vai passar a gestação sem ouvir essa pergunta. E nela se baseia também o planejar chá-de-bebê, quartinho, roupas, nomes, tudo baseado no sexo. Predominante rosa para meninas e azul para meninos. Mas a vida não se limite a cores rosa e azul, ela não é binária e as pessoas são diversas. Tem aquelas que não se identificam com o sexo biológico, nascem como menina ou como menino mais não se reconhece como tal.

É simples, cada pessoa diz o que quer ser, e como quer ser, esse é o princípio da identidade de gênero. Partindo do pressuposto que gênero é um caráter construído

socialmente e não nascido com a pessoa, aqueles que não se identificam com o sexo que nasceram e não se sentem reconhecidas no fenótipo masculino ou feminino, são meninas que se reconhecem como meninas e meninas que se reconhecem como meninas.

Por muito tempo essa identidade foi tratada como algo desviante, hoje essas pessoas se organizaram e lutam para serem reconhecidas como cidadãs dignas de direito. Direitos básicos, como o direito de ter um nome. Buscando o básico que é o respeito, o acesso ao trabalho formal e a uma vida digna sem exclusão e o acesso a saúde sem discriminação. Direitos como mudança de nome e de sexo não são amparados por leis, somente por interpretações e decisões judiciais, é por isso que acessá-los às vezes é complicado e leva muito tempo. Essa marginalidade jurídica faz com que os transexuais sejam vistos como pessoas que praticaram um crime, onde na verdade eles tem uma inadequação físico-psicológica, ou seja, corpo físico de homem e condição psicológica de mulher, ou vice-versa. Na verdade, o que se busca é apenas que seja reconhecida a sua condição humana, de ser, de gente, de cidadão, igual a todos os outros encaixados nos padrões rotulados pela sociedade.

A política nacional de saúde integral LGBT, surge em meio a discussão da priorização o serviço de saúde para essa parcela da população, entendendo que muitos sofriam o preconceito quando na busca pelos serviços essenciais de saúde. Pensando no princípio constitucional de acesso a saúde é que o Ministério da Saúde lança a Política Nacional de Saúde integral LGBT.

A Política Nacional de Saúde LGBT é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2013, p. 06).

Para tal, apoia-se em um campo de estudo capaz de compreender a disseminação desse conteúdo que é a ciência da informação, vendo a mesma como o estudo dos fenômenos de organização, difusão, utilização e produção desse conhecimento nos graduandos, ou seja, a ciência da informação é uma ciência que está estreitamente ligadas a

todas as áreas do conhecimento, onde ainda assim se faz uma interlocução entre informação e saúde, informação e direito, informação e geração de conhecimento. (SILVA, 2009). Onde busca-se mensurar como a informação sobre a política de saúde LGBT chega até esses graduandos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para investigação proposta, utilizarei do método da pesquisa qualitativa por entender que todas as pessoas participantes da pesquisa serão reconhecidas como sujeitos que produzem conhecimentos passíveis de serem transformados em práticas e que produziram significados. (CHIZZOTI, 2006). Principalmente sobre a problemática em questão, que é a investigação sobre o conhecimento pelos graduandos em psicologia na formação acadêmica sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

No contexto específico deste estudo, a pesquisa qualitativa vem a fornecer os subsídios necessários para que possam ser feitas as interpretações acerca da construção do conhecimento sobre a política de saúde LGBT pelos graduandos em psicologia.

Inicialmente, a pesquisa dar-se-á com os graduandos de psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Unidade Acadêmica de Palmeira dos Índios, e que atenda ao seguinte perfil: Estar devidamente matriculado e cursando a partir do 7º período de Psicologia na Unidade acadêmica de Palmeira dos Índios; pode ser de ambos os gêneros; que possua disponibilidade voluntária; atenda aos requisitos e preenchimento do TCLE.

A condução da pesquisa dar-se-á em duas etapas a primeira com será a apresentação para os graduandos que se enquadram no perfil acima já mencionado da temática a ser

trabalhada. Logo em seguida será proposta a aplicação de um questionário estruturado com perguntas referentes à sexualidade, Política de Saúde LGBT e atuação do profissional de psicologia diante desse grupo de pessoas que são considerados pelos pesquisadores como um grupo de minorias sociais. A segunda etapa seria a realização de 4 encontros utilizando como instrumento o Grupo Focal por entender que ele nos permite caminhar e tentar compreender como se dão os processos sociais, de compreensão e informação.

Para a produção de dados, utilizarei da gravação dos áudios, por compreender que os mesmos possibilitam ao pesquisador fazer uma análise detalhada dos discursos das participantes. As falas produzidas durante os encontros serão transcritas e analisadas através da técnica de análise de conteúdo, pois possibilita a descrição objetiva, sistemática dos conteúdos que são manifestos no processo de comunicação.

Em meados das décadas de 40 e 50 a análise de conteúdo era compreendida a partir dos estudos de Berelson e Lazarsfeld como sendo: “[...] uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa de conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2009, p. 20).

A análise de conteúdo reporta-se a descobrir os sentidos principais que compõem a comunicação, em que a frequência com que aparecem vem nos trazer a ideia de significado importante.

4 RESULTADOS

Como resultados parciais levantou-se o percurso histórico da implantação das políticas públicas de saúde para a população LGBT desde antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), até a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no ano de 2009, conforme apresentado no Quadro 1.

Percebeu-se com esse levantamento histórico que até a efetividade da preconização dos serviços pela política de saúde, houve uma grande mobilização social das pessoas incluídas dentro dessa categoria social, buscando sempre a efetividade de um serviço que foi legislado apenas com a constituição de 1988.

Quadro 1 - Percurso histórico da implantação da Política de Saúde LGBT no Brasil

Fatos	Período
A medida que o processo de redemocratização do Brasil avança, o Grupo Somos é reconhecido como precursor da luta homossexual no Brasil.	1970
Ao surgir a epidemia HIV/Aids, à época fortemente relacionada aos gays, o governo brasileiro apoiou mobilizações da população homossexual masculina na prevenção da doença.	Década de 80
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – dispõe de uma sessão só para saúde.	1988
Instituiu o SUS, definindo seus objetivos, competências e atribuições; princípios e diretrizes; organização, direção e gestão (Lei nº 8.080, de 19/9/1990).	1990
Com a participação da sociedade civil, o governo institui o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”.	2004
O Ministério da Saúde constituiu, o Comitê Técnico de Saúde da População GLTB, com vistas à construção de uma política específica para o SUS.	2004
A conquista de representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo segmento LGBT.	2006
13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde.	2007
Em 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República realizou a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais promovendo intensa mobilização de governo e da sociedade civil, tanto nas 27 conferências estaduais, como na etapa nacional que reuniu mais de 600 delegados.	2008
Finalmente, ao ser aprovada pelo CNS em novembro de 2009, a Política LGBT, legitima-se como fruto de um amplo processo democrático e participativo.	2009

Dados da pesquisa (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa expectativa é que os resultados da pesquisa possibilitem aos leitores e participantes do trabalho uma análise sobre informação e saúde, o despertar através da ciência da informação de que algumas questões devem ser temas essenciais para discussão no campo acadêmico possibilitando ao futuro profissional de psicologia, formações necessárias para atuar nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente na área da saúde no que tange as equipes multiprofissionais.

Da mesma forma que, esse estudo vem reforçar a produção científica sobre a temática em questão, possibilitando que outros pesquisadores possam tomar como norte os resultados dessa pesquisa para iniciar assim outras produções acadêmicas em nível da graduação e da pós-graduação, mesmo que em áreas correlatas, possibilitando a renovação de suas ideologias, conceitos e teorias que são reais neste processo.

E por fim esse trabalho terá grande contribuição acadêmica, para o novo curso de mestrado que surge intitulado “Ciência da Informação”, pois interliga várias áreas do conhecimento como ciências sociais, informação, comunicação, psicologia, saúde e direito, sendo assim para mim, um pré-requisito para a conclusão do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, promovendo condições futuras à sua publicação nos meios científicos disponíveis.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 28 de dez. 2018.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters; Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Org). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Helen de Castro. **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. (Org.) Helen de Castro Silva e Maria Helena T. C. de Barros. – Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. 114 p. disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 27 dez. 2018.